

A Circulação Monetária no Vice-Reinado do Prata (1776-1810)

Alexandre Jerônimo de Freitas
Prof. Adjunto do DeCE-UFRRJ

Objetivo deste trabalho é analisar os principais elementos formadores do espaço monetário que floresceu a partir da criação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Por um lado, será visto como a reorganização da estratégia de defesa da Coroa Espanhola de suas possessões na América fortaleceu o crescimento do crédito público na região, através do financiamento dos gastos militares. Por outro lado, a reforma no sistema de comércio espanhol criou um novo circuito comercial que ligava o comércio atlântico com a região do Alto Peru, através do porto de Buenos Aires. Este comércio estimulou a formação de uma cadeia de pagamentos sustentada pela emissão de instrumentos privados de crédito. Tanto por via pública como por via privada, o crescimento do crédito na região serviu de base para a formação de um complexo sistema monetário no Vice-Reinado do Rio da Prata.

Introdução

A historiografia argentina tornou-se recentemente mais fértil em estudos sobre as questões monetárias, não apenas após a independência, mas também sobre a época em que toda a região da bacia do prata, mais o Paraguai e o então Alto Peru, formavam uma só entidade política, o Vice-Reinado do Rio da Prata. Porém grande parte dos estudos até então efetuados se dedicam a estudos sobre determinados mercados regionais (AMARAL,1990; ROBINSON;1970) ou analisam a questão monetária de forma secundária (JOHNSON,1990; SANZ, 2001; JUMAR, 2002), . Este fenômeno dificulta uma compreensão sistêmica sobre o espaço monetário do Vice-Reinado.

Esta fragmentação dos estudos históricos sobre o tema, embora tenha sido de vital importância ao disponibilizarem dados e fornecerem fontes, muitas vezes não permitem que se faça uma conexão econômica entre as partes de maneira a compreender melhor o todo. Ou seja, demonstrando de que forma as conjunturas locais e os acontecimentos históricos relatados, estariam embebidos em um complexo sistema monetário regional.

Este artigo é uma tentativa inicial de responder este questionamento, analisando a circulação monetária no Vice Reinado do Prata a partir de dois elementos principais. Primeiramente, será visto como o financiamento da reforma administrativo-militar que criou o Vice-Reinado alimentou o crédito público da região e serviu de base para a organização do espaço monetário regional.

Em segundo lugar, será visto como a adoção de um novo regime de comércio pela Coroa Espanhola serviu para fortalecer os já incipientes laços da região com as redes de comércio atlânticas, fornecendo recursos para a criação de uma extensa cadeia de pagamentos privada que interligou todos os mercados do Vice-Reinado, fazendo com isso, surgir uma série de instrumentos privados de crédito.

Além desta introdução o artigo se dividirá em mais quatro partes: (i) análise do papel do crédito público e do financiamento militar, (ii) a formação de uma cadeia de pagamentos privada e do *comercio libre*; (iii) exame do conjunto dos meios de pagamento; (iv) algumas questões são levantadas a guisa de conclusão.

1. Financiamento Militar e Crédito Público

“En un rincón inhóspito [...] la decisión de la Corona instaló desde 1776 uno de los centros mas avanzados del poder español en las Indias. El Virreinato del Río de la Plata nació bajo el signo de la guerra” (HALPERÍN DONGHI, 2005, p. 28)

Para podermos apreciar de que forma a adoção de uma nova estratégia de defesa no Atlântico sul criou uma nova unidade de poder do Império Espanhol e, com isso, disponibilizou um volume elevado de recursos para financiar os gastos militares - que alimentou o crédito público na região, é preciso considerar brevemente a conjuntura geopolítica na qual a Coroa Espanhola encontrava-se envolvida.

Ao iniciar o séc. XVIII a Espanha enfrentava uma grave crise política e econômica que ameaçava desmembrar suas possessões européias e, principalmente, seu império nas Américas. Esta crise era fruto de um processo de decadência política e econômica do Império Espanhol frente as novas potências européias ascendentes – Holanda, Inglaterra e França – que passariam a disputar espaços cada vez maiores no circuito de comércio colonial espanhol cujo prêmio era a prata da Nova Espanha e do Alto Peru¹.

O atraso econômico e a perda de status político foram amplificados nos primeiros anos do séc. XVIII com o fim da dinastia dos Habsburgos. A possibilidade de uma união dinástica entre França e Espanha² resultou na Guerra da Sucessão Espanhola, que ameaçou alterar o delicado equilíbrio competitivo europeu devido as vantagens que a França conseguiria sobre o comércio espanhol.

Esta possibilidade se materializou economicamente com a transferência do *asiento*³ para uma companhia francesa – *Compagnie de Guinée*. Em 1702, formou-se então uma aliança anglo-holandesa, cujo objetivo era romper esta ligação política e econômica entre França e Espanha, dando início a uma guerra que terminaria apenas com a assinatura do Tratado de Utrech em 1713. (LINDSAY, 1966 [2008], pp. 191-192)

¹ “Behind the diplomacy and war in Europe in the latter half of the seventeenth century lay the struggle for access to the source of Spanish silver, colonial staples and overseas markets for Europe’s manufactures” (STEIN;STEIN, 2000, p. 38).

² Carlos II morreria sem deixar herdeiros e acabou por eleger o neto de Luis XIV, que em 1700 se tornaria Rei Felipe V da Espanha. No entanto, Paris manteve o novo monarca Bourbon na linha sucessória francesa - ao contrário do que previa o testamento de Carlos II -, mantendo aberta a possibilidade de uma União dinástica entre Espanha e França.

³ Tratava-se de um contrato que a Coroa espanhola mantinha com objetivo de adquirir escravos africanos. Era a única forma de intervenção externa admitida pela Espanha nas relações com suas colônias.

Os privilégios previstos tratado⁴, negociado sob um claro predomínio britânico, foram vistos pelos espanhóis como uma garantia da manutenção de seu domínio sobre suas colônias americanas frente as ambições britânicas na região. Mas a configuração política resultante permitiu a Grã-Bretanha um maior envolvimento no comércio da Espanha e suas colônias, gerando uma tensão latente entre as atividades comerciais britânicas e as autoridades espanholas⁵ durante grande parte do séc. XVIII. Os danos causados pela guerra ao monopólio do comércio espanhol com suas colônias seriam sentidos pelo durante muito tempo e tornar-se-iam objetivos prioritários das reformas implantadas pelos Bourbons (DEL CASTILLO, 1983, p. 278).

Além das rusgas comerciais entre a Espanha e a Grã-Bretanha, o séc. XVIII vivenciava um conflito crônico entre as duas principais potências da época, França e Grã-Bretanha, que terminava por abranger todos os demais conflitos - determinando em muitos casos seus resultados. Neste outro nível de disputa, a Espanha vinculou-se desde o fim da Guerra de Sucessão Espanhola ao lado francês. Este vínculo foi oficializado nos Pactos de Família firmados por França e Espanha primeiramente em 1733, renovados em 1743 e em 1759 - com a subida ao trono de Carlos III e a deflagração de uma nova guerra anglo-espanhola em 1762 (LINDSAY, 1966 [2008], pp. 206-210).

A incursão da marinha britânica sobre territórios espanhóis no Caribe, com a destruição de *Portobello* e as conquistas de Havana e Manilha (1762), fortaleceu a imagem de que a América espanhola estava relativamente desguarnecida. Aliada a derrocada das forças francesas na região, causavam a impressão de que a Grã-bretanha estava livre para finalmente investir contra as possessões espanholas, terminando com seu domínio sobre o continente. Este sentimento estimulou a necessidade de reformas estruturais nas *Índias*⁶.

A declaração de independência das treze colônias britânicas da América do Norte em 1776 transforma novamente o cenário geopolítico nas Américas. A guerra que se seguiu, ocupou o centro das atenções das forças britânicas, permitindo que a

⁴ O *asiento* seria transferido para uma companhia inglesa - *The South Sea Company* -, permitindo a criação de entrepostos britânicos em Havana, Veracruz, Cartagena e Buenos Aires.

⁵ “What English interests reaped in access to the Spanish colonies at the close of the War of Succession, the Spanish state was to spend almost the whole eighteenth century seeking to recover” (STEIN;STEIN, 2000, p. 141)

⁶ “[L]a guerra estimula el ritmo de las reformas, porque la necesidad de defender las Provincias de Ultramar exige acelerarlas con objeto de que proporcionen hombres y dinero para la defensa; a su vez, de la marcha de las reformas depende que la preparación para la guerra se apresure o se retrase” (DEL CASTILLO, 1983, p. 317)

Espanha conseguisse reorganizar sua estratégia de defesa nas colônias. Foi neste contexto histórico que o conflito mundial chegou a região da Bacia do Prata.

1.1 Financiamento militar

A reorganização econômica e administrativa que envolvia a formação deste novo centro de poder da Coroa Espanhola alterou profundamente a estrutura econômica regional. As reformas borbônicas buscaram criar condições para que as colônias auto-financiassem seus gastos com a defesa de seus territórios.

A necessidade de financiar a reorganização da estratégia de defesa da região obrigava incorrer não apenas em maiores gastos militares como também em despesas na formação de uma estrutura administrativa e fiscal compatível com o novo status político da região. Esta tarefa envolvia uma maior envergadura financeira das *Haciendas Reales* locais que fortaleceria a presença do crédito público na economia regional.

No que tange ao Vice Reinado do Rio da Prata, tendo em vista a incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico da região e a estrutura administrativa e militar que nela seria implantada, os *proyectistas* espanhóis necessitavam obter mais recursos do que a região da Bacia do Prata costumava oferecer. O arcabouço fiscal que viabilizaria tal operação foi projetado para que as regiões economicamente mais desenvolvidas transferissem parte de seu excedente fiscal para regiões deficitárias. Na conjuntura da época, as primeiras seriam as regiões mineradoras do Alto Peru, que forneceriam os recursos a todo o Vice Reinado, a partir de Buenos Aires. Foi a criação de um eixo fiscal Potosí-Buenos Aires que viabilizou a implantação do novo aparato de defesa do Atlântico Sul.

O papel deste financiamento militar para a alimentação do crédito público no Vice Reinado deu-se através da transferência de recursos citada acima. Este processo era possível devido ao complexo sistema de distritos fiscais autônomos, as *Cajas Reales*, implantados pela Coroa em toda a América Espanhola. Estes distritos eram criados na medida em que uma região crescia em importância econômica – basicamente devido a mineração, mas também com o comércio – e/ou política – importância para a estratégia defensiva do Império⁷.

⁷ Em fins do séc. XVIII a América Espanhola possuía 72 *Cajas Reales*.

Responsáveis pelo controle das receitas e despesas da administração local, os distritos menores – *Cajas Subordinadas* – reportavam-se diretamente as unidades centrais – *Cajas Principales* – que desta forma reuniam todo o excedente fiscal de sua região. A organização deste sistema fiscal permitia que distritos superavitários – *Cajas Matrices* – subsidiassem distritos deficitários – *Cajas Receptoras* – através da transferência de recursos denominada *Situado*. (FERNÁNDEZ, 2002, pp. 5-7).

No Vice-reinado do Prata as grandes *Cajas Matrices* situavam-se no Alto Peru – Potosí, Arica e Oruro – enquanto que Buenos Aires era a principal *Caja Receptora* (Klein, 1973, p. 453). Os excedentes fiscais eram assim centralizados pelo *Tribunal Mayor de Cuentas*, na capital Buenos Aires, que efetuava sua redistribuição a partir, majoritariamente, das necessidades militares.

A despeito de sua complexa organização, este sistema fiscal não era funcionalmente tão eficiente. As *Cajas Matrices* eram muito poucas com relação as *Cajas Receptoras*. Frequentemente, as *Cajas* de origem militar, encontravam-se em situação deficitária devido a gastos imprevistos relacionados com o crescimento das despesas militares. Isto exigia que elas cobrassem um maior volume de recursos aos *Situados* dos anos seguintes e/ou, requisitassem *Situados Extraordinários* para saldar suas dívidas mais prementes (FERNÁNDEZ, 2002, p. 4).

Na medida em que o séc. XVIII avançava e a percepção de que a ameaça britânica sobre as Américas tornava-se maior, o volume destas transferências *inter-cajas* também crescia. Durante o período de 1785-89, Buenos Aires recebeu por volta de 6.600.000 de pesos por meio de *Situados* (46,5% da receita total do Vice-Reinado) (GRAFE; IRIGOIN, 2006, p. 265) - montante comparável a toda a exportação de metais preciosos do período, estimada em aproximadamente 7.000.000 de pesos (Moutoukias, 1994, p.18)⁸.

Estas transferências *inter-cajas* criavam um elemento redistributivo no sistema fiscal das colônias. Tinham um grande impacto financeiro sobre a região receptora, sendo muitas vezes a principal fonte de recursos cuja chegada alimentava movimentava toda a economia local.

Este volume crescente de recursos fluía para as *Haciendas Reales* e servia de garantia para as dívidas públicas emitidas em cada região. A disposição de seus credores em financiar as despesas destes distritos fiscais variava diretamente com a

⁸ Para o período de 1796-1800 os *situados* atingiram 7.162.000 pesos, 42,5% do total de ingressos do Vice-Reinado (GRAFE; IRIGOIN, 2006, p.266).

frequência e o volume do *situado* que estes recebiam. Este grande fluxo de recursos transformou o Vice-Reinado num circuito monetário/financeiro que fugia do controle exclusivamente público e terminava alimentando o capital dos comerciantes – principalmente de seus representantes porteños⁹.

O capital privado se aproveitava das crescentes lacunas apresentadas pela estrutura fiscal, que não conseguia acompanhar o ritmo das mudanças ocasionadas pela reforma na estratégia de defesa das *Índias*. A maior destas lacunas derivava da impossibilidade de sincronismo entre déficits gerados por excesso de gastos não previstos – muito comuns neste período quando a movimentação de tropas regulares e a formação e crescimento de milícias impediam uma previsão mais precisa das despesas – e o envio dos *situados*.

O vínculo estreito entre as *Haciendas Reales* e seus credores era aproveitado pela classe mercantil. A apropriação pelos comerciantes de parte da renda financeira do Estado apoiava-se na posição privilegiada que possuíam no Vice-Reinado. Esta posição era garantida tanto por sua capacidade de crédito e disponibilidade de capital – única na econômica do Vice-reinado -, como por seus amplos laços comerciais, que formavam uma rede cujos agentes eram capazes de cobrar dívidas, coletar e transportar recursos em toda a região da Bacia do Prata, Alto Peru e Chile. Através de seu capital líquido e sua rede de contatos, os comerciantes se aproveitaram para lucrar na forma de agentes financeiros da *Hacienda Real*:

“[T]he most powerful merchants [...] acted as conduits for intercolonial transfers of money. These arrangements were often quite complicated and included shipping cash, granting credit, collecting outstanding debts, renegotiating credit terms, and settling accounts among a group of debtors and creditors for the Spanish house. In all instances the merchant was awarded a commission on the transactions” (SOCOLOW, 1975, p. 18).

A forma de financiamento da dívida mais utilizada pela administração pública era através da obtenção de empréstimos feitos a comerciantes locais tendo como garantia futuros *situados*. Seu crescimento contribuiu para transferir o controle dos *situados* da esfera pública para privada, já que o crescimento da dívida fazia com que os empréstimos comprometessem completamente os recursos transferidos de outras

⁹ “[Administración colonial se vio obligada] a recurrir a la participación en estos circuitos – fundamentalmente de capitales- de personas, grupos o corporaciones privadas o semipúblicas (comerciantes, asentistas, sectores del patriciado urbano, hasta Consulados de Comercio o incluso Cabildos); en definitiva, el capital privado.” (Fernandez, p.68).

Cajas, que em sua chegada já eram repassados automaticamente aos credores da administração local.

Os comerciantes também faziam vendas a crédito de mercadorias e produtos em suas lojas para sustento das guarnições e para construção e manutenção de estruturas militares. As tropas não recebiam o soldo regularmente devido aos atrasos na chegada do *situado*. Os soldados assim só possuíam uma saída, que era a de se endividarem com comerciantes locais para obterem toda sorte de mercadorias que necessitassem. (MOUTOUKIAS, 1988, p. 788).

Outra oportunidade aproveitada era a falta de pagamento de funcionários que permitia aos comerciantes lhes adiantarem certas mercadorias em troca da cessão dos direitos a receber que estes funcionários possuíam frente a *Hacienda Real* local. Suas íntimas relações políticas facilitavam a cobrança destas dívidas.

Mas talvez a operação que mais gerasse lucros aos comerciantes era a condução dos *Situados*. Na ausência de capacidade para executar a transferências destes recursos a Coroa vendia concessões a agentes privados para fazê-la. Os únicos capazes de tal tarefa eram os mais bem sucedidos dos comerciantes do Vice-Reinado. Além do pagamento pelo serviço, o comerciante responsável conseguia lucrar com o valor que as moedas possuíam em diferentes mercados da região do Prata (SAGUIER, 1989, p.287-289).

A organização fiscal do Vice-Reinado e, principalmente, as transferências *inter-cajas* alimentaram a circulação monetária no Vice-Reinado do Rio da Prata. O crescimento do crédito e da dívida públicos acabou por nutrir o capital comercial, principalmente dos comerciantes *porteños*¹⁰, fortalecendo os instrumentos de crédito privados que circulavam como meios de pagamento em toda a região do Vice-Reinado.

A complexa rede de distritos fiscais implantada nas Américas é fundamental para compreender a circulação monetária nas colônias. As transferências *inter-cajas* serviam como mecanismo redistributivo da riqueza colonial e por isso exercia um papel, embora fundamental, pouco explorado, na oferta de crédito público e privado que compunham a base da estrutura monetária nas colônias espanholas das Américas.

Os *situados* movimentam recursos significativos que, aos serem redistribuídos, se repartiam através de uma série de cidades que se tornavam então mercados

¹⁰ “Thus, the system of transfers helped to created local American elites that controlled large parts of the king’s revenues and grew astonishingly rich in the process.” (Irigoin; Graffe, 2008, p. 198).

potenciais para a classe mercantil ávida pela aquisição de prata. Mais que isso, na ausência de bancos ou instituições financeiras rudimentares, estes fluxos de capitais eram administrados por comerciantes-financistas que coordenavam vastas cadeias de crédito privadas que atravessam todo o Vice-Reinado e, por isso, eram capazes de realizar tais operações monetárias.

Desta forma, sendo turbinado financeiramente pelo crédito público, o incipiente circuito comercial vigente na região do prata cria uma cadeia de pagamentos privada que será expandida com a criação do Vice Reinado e a implantação do *comercio libre* nas colônias espanholas das Américas.

2. Comercio Libre e os Instrumentos Privados de Crédito

Durante quase toda sua existência o porto de Buenos Aires havia estado fora do sistema comercial espanhol. Apenas pequenas permissões foram concedidas para a obtenção de mercadorias mais urgentes a manutenção da cidade. Sua localização a beira do Atlântico Sul sempre foi tida como uma ameaça ao sistema comercial espanhol.

Era através de uma rota via pacífico¹¹ que a Espanha exercia seu monopólio comercial e efetuava o transporte das riquezas extraídas do Vice Reinado do Peru. No entanto, uma rota comercial através do atlântico tornaria mais acessível os mercados de Lima e do Alto Peru do que a tradicional rota do pacífico. Porém, o poder político da rica classe de comerciantes *limeños* fez com estes exercessem toda sua influência sobre a Coroa Espanhola para garantir a permanência da rota do Pacífico e, por conseguinte, seus privilégios econômicos no circuito comercial espanhol (SOCOLOW, 1975, pp.1-2).

Mas devido ao fácil acesso a Potosí, os produtos oriundos de Buenos Aires chegavam aos mercados do Alto Peru com preços menores que os adotados pelos comerciantes de Lima. Isto alimentou uma intensa atividade mercantil que crescia por canais estranhos á Coroa Espanhola. O comércio ilegal de difícil mensuração representava um vazamento da prata de Potosí. O contrabando era uma atividade muito lucrativa e de difícil fiscalização pelas autoridades reais.

¹¹ Ela atravessava o Mar do Caribe até o porto de *Portobelo*. Após uma complexa travessia por terra através do istmo do Panamá era possível chegar ao porto de *Arequipa* no Peru de onde as mercadorias seguiam até a capital Lima.

Esta situação se altera com as mudanças efetivadas no regime comercial vigente. A transformação do antigo sistema de comércio imperial se inicia com medidas adotadas pelos *aperturistas* a partir de 1765 que culminaram no *Reglamento para el Comercio Libre* estabelecido em 1778. O novo sistema comercial abriu a navegação e ao comércio vários portos americanos – além de Buenos Aires e Montevideú, o circuito incluía Havana, Cartagena, Valparaíso, Arica, Callao e mais uma série de portos menores - ao mesmo tempo em que terminava com o monopólio do porto de Cádiz, ampliando assim o leque de portos peninsulares – incluindo Barcelona, Málaga, Santander, Gijón, La Coruña, dentre outros – (SILVA, 1993, pp.11-12).

No entanto, a despeito do nome, as reformas não tinham como objetivo um liberalização plena das relações comerciais das colônias - a participação de países estrangeiros não foi contemplada. A Coroa espanhola buscava fomentar o comércio entre seus domínios sem permitir a participação e comerciantes britânicos, franceses ou portugueses¹².

Este novo regime comercial tinha objetivo semelhante ao das reformas fiscais, criar um estímulo para o crescimento econômico que permitisse as colônias financiarem seus gastos militares. O resultado foi no geral favorável com o crescimento do comércio por todas as colônias, mas principalmente nos anteriormente isolados portos do Vice-Reinado do Prata¹³.

O volume exportado apresenta um aumento elevado após a adoção do novo regime mercantil¹⁴ embora não tenha havido uma diferença qualitativa com relação ao período anterior. A principal mercadoria exportada pelos mercados da Bacia do Prata foram os metais preciosos, prata principalmente, responsáveis por aproximadamente 80% do total exportado e isto não é alterado após a criação do Vice-Reinado

A classe dos comerciantes de Buenos Aires tornou-se mais rica e poderosa a partir não apenas da liberalização do comércio do porto da cidade, mas também devido a inclusão do Alto Peru em sua esfera comercial em detrimento aos comerciantes *limeños*. A abertura de um canal oficial para a entrada dos *Efectos de Castilla* junto ao

¹² Ver STEIN;STEIN (2003, cap. 6).

¹³ Antes do *comercio libre* a média de navios no porto de Buenos Aires era de 7,7 (1760) e 11,4 (1770/1778). Após a adoção a liberalização do comércio, entre 1779-1784 este número cresceu para 25 navios por ano, atingindo no triênio 1794-1796 a média anual de 53 navios (MOUTOUKIAS, 1993, p.50-51). Ver Fischer (XX).

¹⁴ A média anual entre 1764-1766 foi de 1.600.000 pesos. Com o novo regime e o fim da guerra com a Grã Bretanha a exportação atinge, no triênio 1782-1784, 5.570.000 pesos e termina o séc. XVIII exportando a Europa quase 4.000.000 pesos por ano (1794-1796) (MOUTOUKIAS, 1993, p.18)

novo acesso aos mercados da região mineradora do Alto Peru possibilitou a criação de um complexo circuito comercial no interior do Vice-Reinado.

A despeito do centro gravitacional deste circuito comercial se localizar em Potosí e a porta de entrada em Buenos Aires, o acesso aos fluxos de prata se dava por uma complexa rede de comércio que atravessava toda a região da Bacia do Prata - através dos mercados de Assunção, Tucumán, Córdoba e Salta - e terminava na região mineradora andina e no Chile.

Os comerciantes *porteños* se utilizavam de agentes que levavam as mercadorias ao interior para serem vendidas nos mercados locais. Este acordo era feito com base na consignação das mercadorias. Havia um prazo para que as mercadorias fossem vendidas e o pagamento efetuado ao comerciante que as adiantou. Este prazo, que não era pequeno - podia chegar a alguns anos -, variava com a quantidade de mercadoria e com a distância de certos mercados.

Do total das mercadorias européias que chegam ao mercado de Potosí em 1793, quase 80% são provenientes de Buenos Aires. No entanto, este volume representava apenas 34% do total de mercadorias enviada ao interior pelos comerciantes da capital (MOUTOUKIAS, 1993, p.33). Assim, a maior parte das importações de produtos europeus pelos comerciantes bonaerenses era negociada nos mercados das províncias do interior. Esta intensa articulação mercantil dos mercados regionais do Vice-Reinado do Rio da Prata estimulou o crescimento de um circuito monetário doméstico.

Desta maneira, mesmo que o principal objetivo do comerciante *porteño* seja obter a produção de prata do Alto Peru, ela não é passível de ser obtida apenas nestes mercados já que circula por outras regiões do Vice-Reinado. Foi necessário a criação de ramificações por toda a região da Bacia do Prata para conseguir obter o máximo de metais preciosos para exportação¹⁵.

Não apenas o alcance dos negócios é importante como também a forma como são efetuados. Apesar da finalidade maior de todas as operações ser a obtenção da prata, sua presença não é obrigatória em grande parte das transações. Operando no comércio doméstico entre as províncias, os comerciantes intermediavam a venda de uma série de produtos através do Vice Reinado - erva-mate do Paraguai, tecidos

¹⁵ O grande alcance dos negócios dos comerciantes *porteños* pode ser ilustrado através da análise efetuada por Gelman (1987) sobre um de seus representantes mais prósperos. Ele demonstra como um típico grande comerciante de Buenos Aires, Domingos Belgrano, operava no em meados do séc. XVIII. É possível perceber a partir dos registros deste comerciante como seus negócios englobavam mercados na Banda Oriental, em Assunção e em Misiones, passando por Córdoba, Tucumán e Salta, até chegar a Jujuy e Chile.

rústicos de Córdoba, móveis de Corrientes, dentre outros – utilizando majoritariamente instrumentos privados de crédito¹⁶.

Era, portanto, necessário a formação de uma cadeia de pagamentos para viabilizar este circuito comercial. Surgiu assim uma série de instrumentos de crédito privado utilizados pelos comerciantes para dar sustento as suas operações. Entre os mais comuns estavam a *Escritura de Obligación*, a *Libranza* e a *Cesión de Deudas* (GELMAN, 1990, p.111).

A *Escrita de Obligación* era o instrumento mais formal. Exigia do comerciante que recebia a mercadoria a assinatura de uma escritura, reconhecida pela Audiência de Buenos Aires, em que se obrigava a pagar ao comerciante que lhe adiantou a mercadoria num prazo acordado, no meio de pagamento estipulado para liquidar a operação e, caso necessário, os juros caso o pagamento seja feito fora do prazo.

A *libranza* era o instrumento cuja circulação era a mais abrangente. Funcionava como uma letra de câmbio endossável em operações de crédito de curto-prazo. Utilizada como um substituto direto da moeda circulava como o meio de pagamento mais popular entre os comerciantes devido a sua flexibilidade e capacidade de liquidar pagamentos de maneira simples e rápida. As *Haciendas Reales* também emitiam *libranzas*.

Era constituída por um acordo em três partes: um *librante* (outorga o documento), o *libratario* (beneficiado) e o *mandatário* (devedor). Na medida em que podiam ser endossadas enumeras vezes, as *libranzas* funcionavam como meio de pagamento circulante saldando várias dívidas sucessivas a partir de uma única operação inicial. (GELMAN, 1990, pp.111-112).

Por fim, a *cesión de deudas*, exercia um papel semelhante ao das *libranzas* na execução de dívidas. Tratava-se de uma promessa de pagamento bilateral que podia ser repassada caso as partes envolvidas fossem coincidentes. No entanto, não era um instrumento de execução de pagamentos, mas apenas de transferência de dívidas. A obrigação persistia enquanto que era possível alterar a figura do devedor desta obrigação.

O volume das operações era de tal monta que alguns comerciantes acabaram se tornando credores com extensas linhas de crédito, controlando volume significativo de capital, que seus lucros passaram a advir mais das operações financeiras que das

¹⁶ Gelman (1990, p.109) demonstra como as operações dos comerciantes se baseavam quase exclusivamente no crédito.

comerciais¹⁷. Tornaram-se financistas que monopolizaram as atividades financeiras do Vice-Reinado.

2.3.3 Circuito Monetário do Prata: Conjunto dos Meios de Pagamento

O meio circulante do Vice Reinado do Rio da Prata era formado basicamente por instrumentos de crédito público e privados que conviviam com as moedas de prata cunhadas em Potosí. Os instrumentos de crédito constituíam a maior parte das transações, relegando o uso de moeda cunhada aos pagamentos efetuados pela *Hacienda Real* e as transações de grande valor monetário realizadas pelos principais comerciantes, particularmente pagamentos relacionados ao comércio exterior.

Estes instrumentos de crédito possuíam a capacidade de atender tanto as necessidades de grandes comerciantes em suas vendas no atacado, cujo valor era significativo, como aos demais habitantes em suas atividades econômicas diárias, cujo valor era bem menor.

As complexas relações comerciais vigentes no Vice-Reinado exigiam dos comerciantes a formação de uma cadeia de pagamentos que funcionava com base no crédito. Mas o crédito não apenas permitia a execução das transações comerciais dos grandes comerciantes do Vice Reinado, como também era fundamental para as relações econômicas cotidianas de seus habitantes.

As moedas de prata raramente circulavam pelos mercados domésticos como meio de pagamento, devido ao seu valor elevado para as trocas cotidianas¹⁸. Enquanto a moeda mais cunhada era o *peso de ocho reales*, um soldado, segundo relatos da época, conseguia viver por um mês em Buenos Aires com o equivalente a três pesos (Halperín Donghi, 2005, p.XX). Em Santa Fé, uma cabeça de gado custava entre 4 a 5 *reales* alcançando em Buenos Aires 10 a 12 *reales* (Gelman, 1987, p.488).

No caso de possuírem um valor monetário menor que seu valor em espécie estas as moedas seriam fatalmente derretidas. Era um obstáculo para seu uso em pequenas

¹⁷ “A few merchants after accumulating large capital resources through trade [...] came to dedicated almost exclusively to banking activities, including loans to fellow merchants in Buenos Aires and the interior”. (SOCOLOW, 1975, p.66)

¹⁸ As moedas de prata eram cunhadas em três valores: *Peso de Ocho Reales* (unidade principal), *Peso de Cuatro Reales* (ou ½ peso) e a *peseta de dos reales*. As moedas de ouro, pouco usadas em relação as de prata, eram cunhadas em: *Doblón de Ocho Escudos*, *Doblón de Cuatro Escudos*, *Doblón de Dos Escudos* e *Doblón de Un Escudo*.

transações. Mas isto não era simplesmente um acidente, já que as moedas serviam prioritariamente como uma forma de envio de recursos a Coroa Espanhola e para o pagamento de despesas locais da *Hacienda Real*, transações que envolviam valores muito mais elevados que as transações efetuadas pelos habitantes do Vice-Reinado em seu dia-a-dia.

As vendas no varejo, em pequenas lojas e armazéns por todo o Vice Reinado, eram efetuadas através de relações de crédito/débito. Tão antigas quanto as próprias cidades, esta cadeia de pagamentos creditícia nascia de relações sociais que se transformaram em convenções aceitas por todos os indivíduos destas cidades¹⁹. A venda a *fiado* era a forma principal com que o comércio varejista operava nas cidades do Vice-Reinado. Os comerciantes forneciam evidências de suas dívidas aos seus clientes que se transformavam em meios de pagamento restritos a comunidade em que se encontravam.

“El tesoro doméstico de las familias, y de los pobres, para los gastos diarios de mercado, almacén y tienda, se componía de una variadísima colección o surtido de pequeños discos de hoja lata, marcados con las iniciales del emitente de este respetable título y con un cruz, símbolo de la fe púnica de tal o cual pulpero. A cada comerciante era menester llevarle su propio título o plata blanca para comprarle; si lo primero, él cancelaba la compra; si lo segundo, “daba el vuelto” en “Contraseñas”, ya suyas, ya de tal o cual almacén o tienda con que el vendedor estaba entendido para este mutuo servicio” (LÓPEZ Apud PREBISCH, 1994, pp. 123/124).

Partindo de relações bilaterais entre os comerciantes e seus clientes através da emissão destas evidências de dívida representadas por fichas, o sistema evoluiu em Buenos Aires para a criação de uma série de bilhetes de emissão privada que passavam a circular como meio de pagamentos por todo o comércio local²⁰.

O conjunto dos meios de pagamento no Vice-Reinado era hierarquizado a partir das distintas garantias que possuíam os instrumentos de crédito – cuja circulação, era tão ampla quanto sua capacidade de efetuar pagamentos. Na base deste sistema, estavam as moedas de prata e os papéis de dívida das *Haciendas Reales*. Suas

¹⁹ “El obrero sabía que su jornal de tantos reales representaba una cantidad de pan, carne, vino... Y esta relación se aprende desde su infancia, es un conocimiento instintivo, inconsciente; incalculado por la repetición continuada de los mismos actos, se incorporaría al organismo como se incorporan las ideas de tiempo y espacio que muchos filósofos creen innatas” (GARCÍA Apud PREBISCH, 1994, p. 122)

²⁰ “Esas contraseñas fueron sustituidas gradualmente en el comercio por billetes particulares, que hacían el oficio de la actual emisión menor, y que, como ésta, eran inconvertibles de hecho, pues se mantenían siempre en la circulación” (VEDÍA Apud PREBISCH, 1994, p. 124)

libranzas eram garantidas não apenas pela coleta de impostos em seus próprios distritos como, em muitos casos, fundamentalmente, pelo envio de *situados* de outras *Cajas Reales*. Sua aceitação também dependia da *Caja Real* emissora. *Libranzas* de grandes *Cajas* com maiores recursos e/ou receptoras de elevados *Situados* desfrutavam de maior aceitação.

Em seguida, vinham as linhas de crédito oferecidas pelos grandes comerciantes-financistas cujo acesso privilegiado aos *situados*, permitia que seu crédito fosse amplamente reconhecido em vários mercados do Vice-Reinado. Comerciantes de posse de concessões públicas para administração da transferência de *situados*, direitos de cobrança de dívidas da *Hacienda Real* e coleta de impostos, se garantiam nestes recursos para financiar não apenas suas compras de *Efectos de Castilla* como para a venda destes nos mercados do interior do Vice-Reinado. Estes instrumentos de crédito, utilizados pelos comerciantes bonaerenses no financiamento de suas vendas por atacado em consignação com outros comerciantes, eram responsáveis por grande parte das transações de maior valor efetuadas no Vice-Reinado.

Embora a circulação dos papéis privados expandisse o meio circulante no Vice-Reinado, as linhas de crédito estendidas pelos comerciantes-financistas serviam apenas como substitutos imperfeitos da moeda e da dívida pública emitidas pelas *Haciendas Reales*. Em geral, o crédito destes comerciantes era muito instável e de prazo não muito longo. Isto por dois motivos principais: a inconstância do comércio exterior e a construção de redes de contatos essencialmente pessoais.

As guerras impediram o livre fluxo de mercadorias o que aumentava o risco envolvido no comércio com os mercados europeus. Buenos Aires enfrentou crises comerciais devido a interrupção deste comércio e, depois, com a normalização, enfrentou excesso de oferta que reduzia os lucros comercial. Esta grande instabilidade dificultava a vida do comerciante. Muitos iam a bancarrota (SOCOLOW, 1975, p.21).

Fundamental para o grande comerciante, sua rede de contatos, que permitia enviar mercadorias para os mercados de outras províncias e alimentar uma cadeia de pagamentos privada, era formada com base em relações pessoais. Desta forma, a morte de um comerciante geralmente significava o desmantelamento desta rede e, por conseguinte, da cadeia de crédito que dela derivava (SOCOLOW, 1975, p.12).

Isto era responsável pelo grande número de falências das firmas comerciais em Buenos Aires que impelia aos instrumentos de crédito privados uma natureza de curto e médio prazo. A quebra de um grande comerciante levava a uma reação em cadeia que

envolvia não apenas credores e devedores locais, mas também de outros mercados do Vice-Reinado (GELMAN, 1990, p.119).

Por fim, na última camada da hierarquia dos meios de pagamento do Vice-reinado do Prata, vinham os bilhetes e fichas emitidas pelos comerciantes em suas lojas e armazéns relacionadas com pequenas compras á vista. Seu valor não era grande e sua circulação se resumia a localidade em que havia sido emitida. No entanto, era de vital importância para as economias regionais.

4. Conclusão

A circulação monetária no Vice-Reinado do Prata, ao contrário de muitos analistas que vislumbram apenas o reluzir das moedas de prata, reunia uma série de mecanismos creditícios cujas origens, no Vice-Reinado, estavam diretamente vinculadas a estratégia de defesa da Coroa Espanhola frente a conjuntura geopolítica vigente no séc. XVIII.

A parte final do séc. XVIII e o início do séc. XIX experimentaram uma aceleração destes fatores político-econômicos que ampliaram e dinamizaram o circuito monetário do prata. Os maiores gastos militares estimulavam uma maior dinâmica das transferências *inter-cajas* fornecendo grandes quantidades de prata que alimentavam o capital comercial do Vice Reinado, enquanto que a inclusão de Buenos Aires no novo regime imperial de comércio fortalecia o circuito comercial interno e externo que estimulava a formação de uma extensa cadeia de pagamentos que, por sua vez, demandava o uso de instrumentos privados de crédito.

Através da análise da circulação monetária no Vice-Reinado do Rio da Prata é possível definir como era a estrutura do conjunto dos meios de pagamento vigentes e, por conseguinte, entender como ele se transformará com a queda do Império Espanhol e a fragmentação político-monetária que resultará em novos países e, por conseguinte, novos espaços monetários nacionais ao longo do séc. XIX.

Bibliografia

AMARAL, Samuel (1990). **Comercio Libre y Economías Regionales. San Juan y Mendoza 1780-1820.** Jahrbuch fur Geschichte von Staat Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, 27.

DEL CASTILLO, Guillermo C. (1983). **América Hispánica (1493-1898).** Editorial Labor. Barcelona.

FERNÁNDEZ, Juan M. (2002) **Capital, Créditos e Intereses Comerciales a Fines del Periodo Colonial: Los Costos del Sistema Defensivo Americano. Cartagena de Indias y el Sur del Caribe.** Tiempos de América, N. 9.

FRADKIN, Raul; GARAVAGLIA, Juan Carlos (2009). **La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los Siglos XVI y XIX.** Siglo Vinteuno. Buenos Aires.

GELMAN, Jorge. (1987) **El Grande Comerciantes y el Sentido de La Circulación Monetaria en el Rio de la Plata Colonial Tardío.** Revista de Historia Económica. Año V. N. 3.

_____. (1990). **Venta al contado, venta a crédito y crédito monetario en América colonial: Acerca de un gran comerciante del virreinato del Río de la Plata.** Jahrbuch fur Geschichte von Staat Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, 27.

GRAFE, Regina; IRIGOIN, Maria A. (2006) **The Spanish Empire and its legacy: fiscal redistribution and political conflict in colonial and post-colonial Spanish America.** Journal of Global History, V. 1.

HALPERÍN DONGHI, Túlio (2005). **Guerras y Finanzas en Los Orígenes del Estado Argentino (1791-1850).** Prometeo Libros, Buenos Aires.

JOHNSON, Lyman. **Salarios, Precios y Costo de Vida en el Buenos Aires Colonial Tardío.** Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravagnani”. Tercera Serie, N. 2.

LINDSAY, J.O. (1966 [2008]) **International Relations. In: The New Cambridge Modern History.** Cambridge University Press.

LYNCH, John. (1967) **Administración Colonial Española 1782-1810. El Sistema de Intendencias en el Virreinato del Río de la Plata.** Eudeba. Buenos Aires.

MOUTOUKÍAS, Zacarías (1988). **Power, Corruption, and Commerce: The Making of the Local Administrative Structure in Seventeenth-Century Buenos Aires.** The Hispanic American Historical Review, Vol. 68, No. 4.

_____ (1994) **Crecimiento Económico y Política Imperial: El Patriciado Colonial de Buenos Aires, 1760-1796.** Mimeo.

PREBISCH, Raúl (1994). **Historia Monetaria Argentina: Anotaciones Sobre Nuestro Medio Circulante, 1776-1885.** Em: Rapoport, Mario (org). **Economía e Historia. Contribuciones a La Historia Económica Argentina.** Tesis. Buenos Aires.

ROBINSON. D.J. (1970) **Trade and Trading Links in Western Argentina during the Viceroyalty.** The Geographical Journal, Vol. 136, No. 1.

SAGUIER, Eduardo. (1989) **La Conducción De Los Caudales De Oro Y Plata Como Mecanismo De Corrupción. El Caso Del Situado Asignado a Buenos Aires Por Las Cajas Reales De Potosi En El Siglo XVIII.** Revista de Historia, 24. Instituto de Historia – Pontificia Universidad Católica de Chile.

SANZ, Vilma (2001). **El Cobro de Pesos en Buenos Aires a fines del siglo XVIII.** Anuario del Instituto de Historia Argentina.

SILVA, Hernán A. (1993) **El Comercio Entre España y el Río de le Plata (1778-1810).** Banco de España - Servicio de Estudios. Estudios de Historia Económica, nº 26.

STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. (2000) **Silver, Trade, and War. Spain and America in the Making of Early Modern Europe.** The Johns Hopkins University Press. Baltimore and London.

SOCOLOW, Susan M. (1975) **Economic Activities of the Porteño Merchants: The Viceregal Period.** *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, No. 1